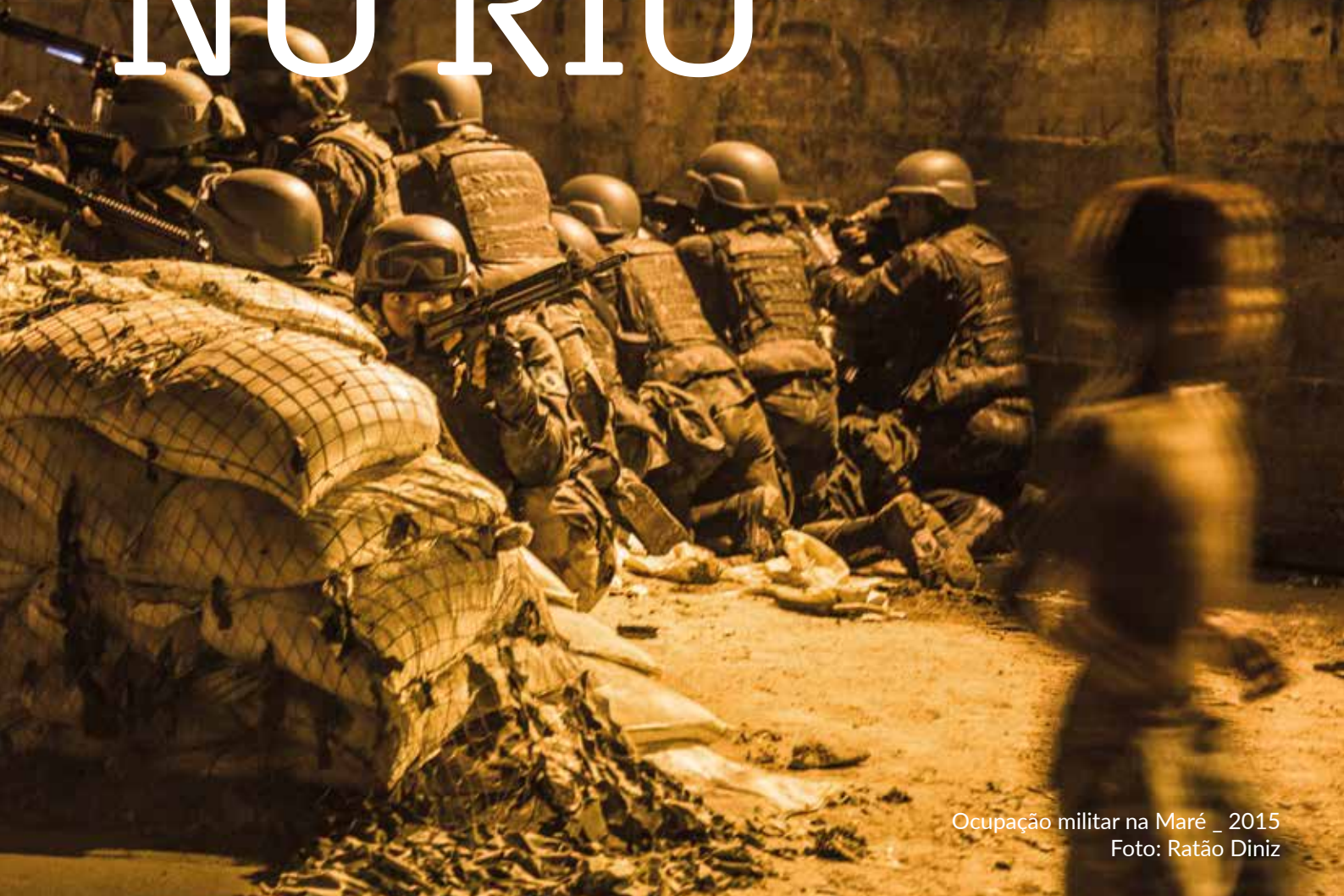


INTERVENÇÃO NO RIO



Ocupação militar na Maré _ 2015
Foto: Ratão Diniz

à deriva

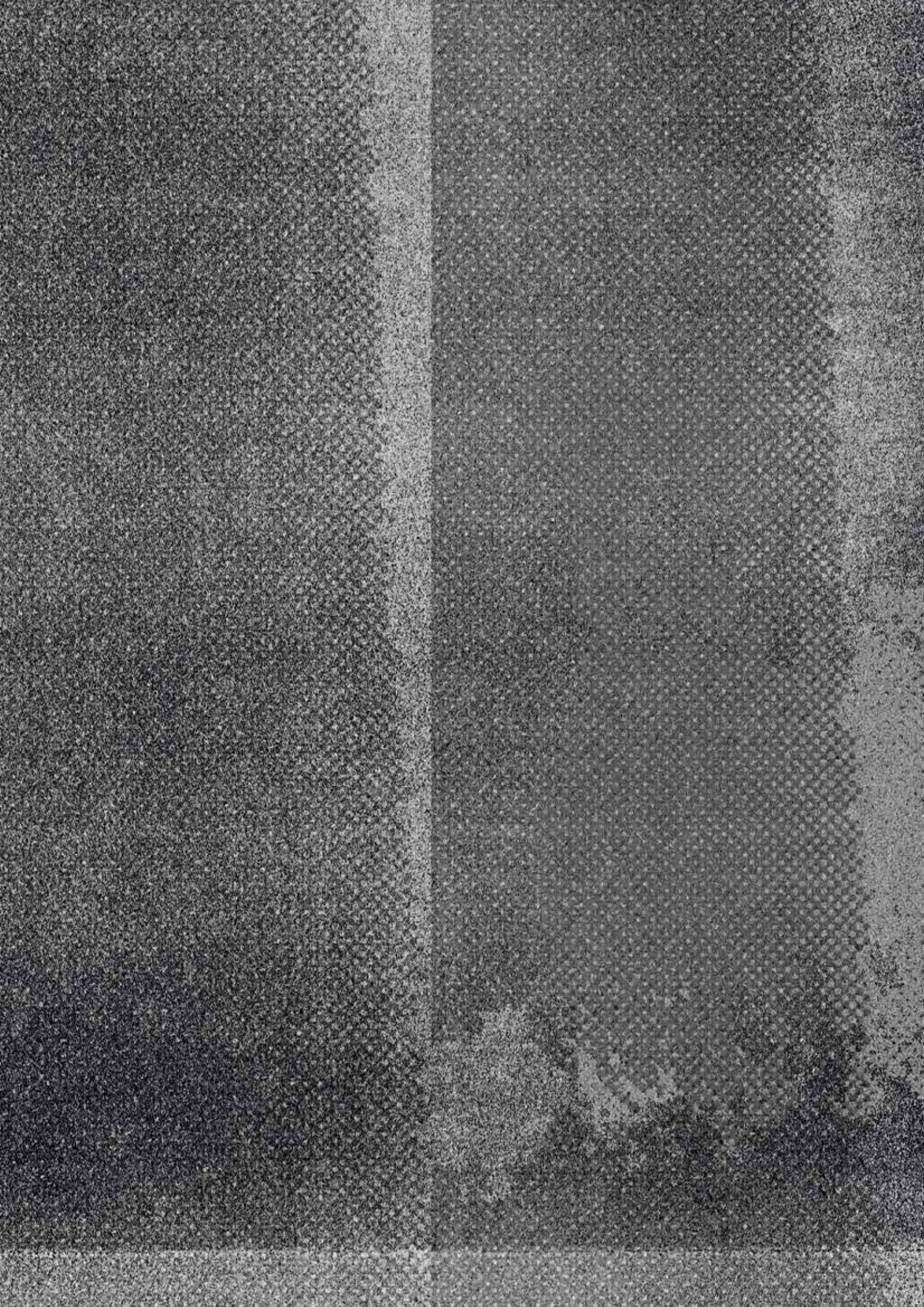
sem programa, sem resultado, sem rumo

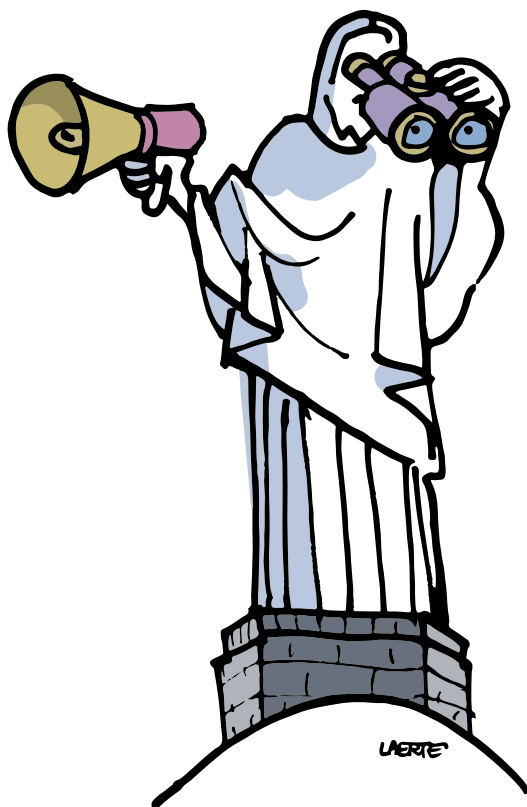


OBSERVATÓRIO DA
INTERVENÇÃO

cesec

Centro de Estudos de Segurança e Cidadania





APRESENTAÇÃO

Este relatório é o primeiro editado pelo **Observatório da Intervenção**, uma iniciativa dedicada a acompanhar e divulgar os fatos relacionados à intervenção federal na segurança pública do Estado do Rio de Janeiro. Nesta publicação, estão sintetizados os impactos e resultados da intervenção, reunidos através da análise de veículos de comunicação impressos e online, documentos oficiais e páginas nas redes sociais. Os relatos, depoimentos e reflexões dos conselheiros do Observatório e de pesquisadores, ativistas e lideranças, inclusive os ligados às instituições apoiadoras e parceiras do Observatório, também foram insumos para este trabalho.

Os dados e comentários do texto referem-se ao período de 16 de fevereiro a 16 de abril de 2018.

OBSERVATÓRIO DA INTERVENÇÃO

Coordenação

Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC) da Universidade Candido Mendes

Coordenação do CESeC

Barbara Mourão
Julita Lemgruber
Leonarda Musumeci
Silvia Ramos

EQUIPE

Coordenadora geral

Silvia Ramos

Coordenador de dados

Pablo Nunes

Coordenadora de redes e parceiros

Luna Arouca

Consultoria em comunicação

Anabela Paiva

Pesquisadores

Viviane de Salles
Pedro Paulo da Silva

Gerente

Ana Paula Andrade

CONSELHO DE ATIVISTAS*

Baixada e Parada de Lucas
Caxias
Cidade de Deus
Complexo do Alemão
FAFERJ
Favela da Rocinha
Favela de Acari
Favela Santa Marta
Manguinhos
Maré
Morro do Borel
Morro dos Prazeres
Movimentos
Nova Iguaçu
Penha
Queimados
São Gonçalo
Vila Kennedy

** Nomes mantidos em sigilo por razões de segurança*

PARCEIROS NA COLETA DE DADOS

Defezap
Fogo Cruzado
Onde Tem Tiroteio (OTT) – RJ

REDE DE INSTITUIÇÕES APOIADORAS

Agencia de Redes para a Juventude, Anistia Internacional Brasil, Casa Fluminense, Comissão de Direitos Humanos da Alerj, Comissão da Câmara Municipal de Acompanhamento da Intervenção, Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Fórum Grita Baixada, Instituto de Estudos da Religião (Iser), Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), Instituto Pólen, Justiça Global, Laboratório de Análise da Violência (LAV/UERJ), Luta pela Paz, Observatório de Favelas, Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão – MPF, Redes da Maré, Rede Nossas Cidades.

O presente relatório não teria sido possível sem a contribuição de:

Adriano de Araújo, Alexandre Ciconello, Ana Clara Telles, Ana Toni, Antonia Pellegrino, Antonio Carlos Carballo Blanco, Arthur Trindade Neto, Atila Roque, Barbara Mourão, Cecilia Oliveira, Charles Siqueira, Conselheiros do Observatório (nomes não declinados por razões de segurança), Daiene Mendes, Daniel Cerqueira, Edson Diniz, Edu Carvalho, Eliana Souza, Fabio Amado, Flávia Oliveira, Guilherme Pimentel, Henrique Silveira, Ibis Silva Pereira, Ignacio Cano, Itamar Silva, Jefferson Barbosa, João Trajano Sento-Sé, Julita Lemgruber, Jurema Werneck, Leonarda Musumeci, Lidiane Malanquini, Luiz Eduardo Soares, Manoela Miklos, Marcelo Freixo, Marcus Faustini, Marisa Vassimon, Mayara Donaria, Pedro Abramovay, Pedro Strozemberg, Raquel Willadino, Raul Santiago, Renata Neder, Renato Lima, Ricardo Henriques, Robson Rodrigues, Rodrigo Pacheco, Rosilene Miliotti, Samira Bueno, Shirley Vilella, Tiago Joffily

Para Marielle Franco, presente também nestas páginas

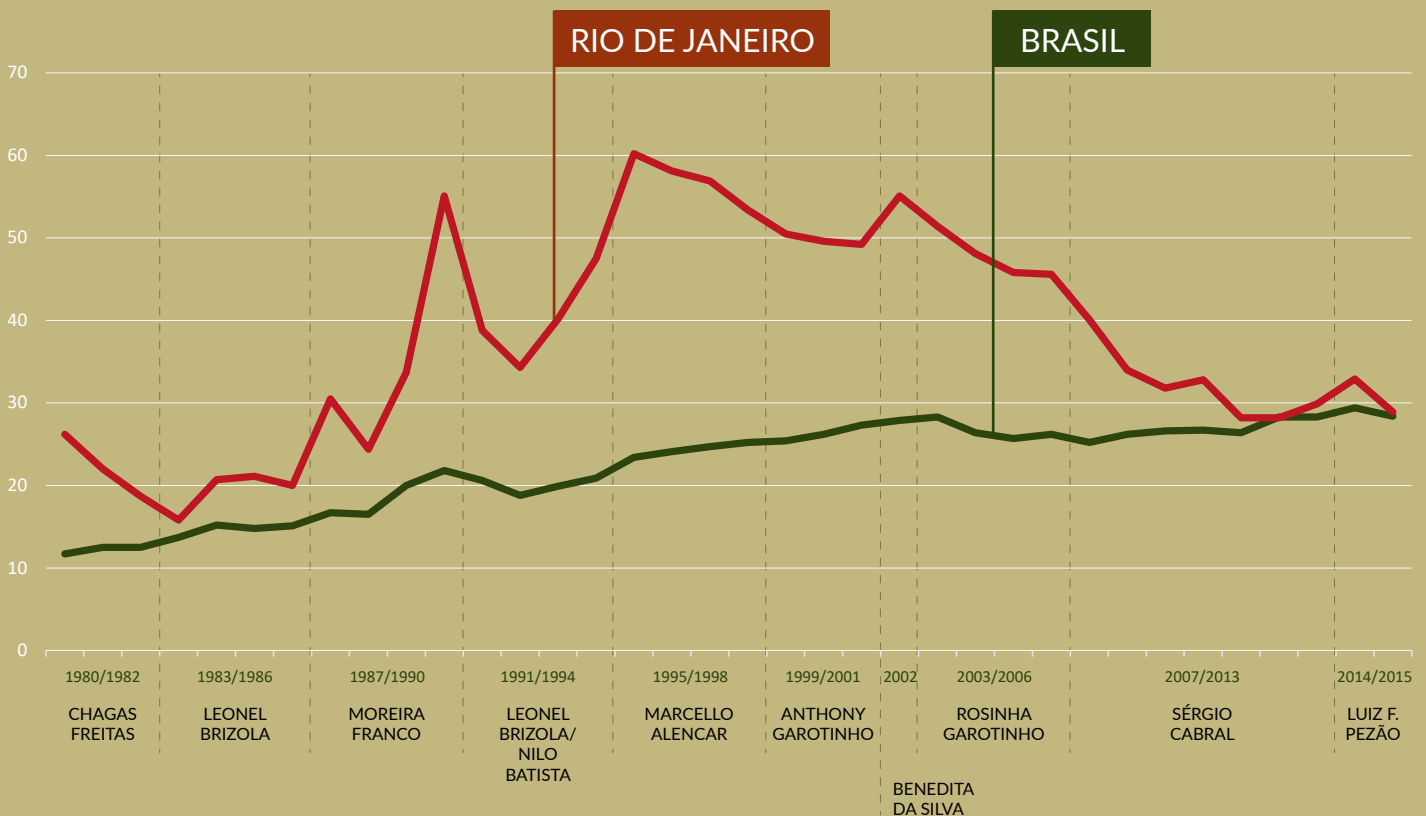
Os números da Intervenção

O contexto

O gráfico abaixo mostra que modelos de segurança impactam a violência. A criminalidade que justificou a intervenção aflige o Rio de Janeiro desde os anos 1990, quando as taxas de homicídios no estado alcançaram níveis muito superiores às médias nacionais. Os homicídios se mantiveram acima dos 40 por 100 mil por mais de duas décadas. A partir de 2008, a taxa se reduziu, mas voltou a subir em 2014, atingindo o patamar de 40,3 por 100 mil habitantes em 2017. A intervenção representa um modelo de segurança pública baseado nos confrontos, que se mostrou ineficaz nas últimas décadas.

35 anos de homicídios

Fonte: Sistema de Informação sobre Mortalidade - Datasus. Dados disponíveis apenas até 2015



Dez anos de mortes violentas, mortes pela polícia e roubos

Fonte: Instituto de Segurança Pública



Letalidade Violenta



Homicídios decorrentes de intervenção policial



Roubos

A intervenção

Veja aqui dados sistematizados pelo Observatório, Fogo Cruzado, Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e Instituto de Segurança Pública (ISP) sobre os primeiros dois meses de intervenção.

Mapa da intervenção

Fonte: Observatório da Intervenção



140

armas apreendidas

70
operações
monitoradas

40mil
agentes*

25
mortos

* 25 operações monitoradas utilizaram mais de 40 mil agentes, no total

77
Pistolas



42
Fuzis

20



1

Revólveres

Espingarda

Dados oficiais de Fevereiro/Março

Fonte: ISP | * imprensa



940

homicídios



209

pessoas mortas
pela polícia



19

policiais
mortos*

Número de tiroteios

Fonte: Fogo Cruzado



Do que os moradores da Cidade do Rio de Janeiro têm medo (em %)

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública/DataFolha. Pesquisa em março de 2018.

Ser atingido(a)
por bala perdida

92

Ser ferido(a) ou
morto(a) em assalto

92

Ficar no meio de tiroteio
entre policiais e bandidos

92

Morrer
assassinado(a)

87

Ter sua casa
invadida ou roubada

84

Sofrer violência
da Polícia Militar

70

à deriva

Intervenção por quê?

Há dois meses, o anúncio do decreto da intervenção federal na segurança pública do Rio pegou políticos, mídia e analistas de surpresa. Às pressas, numa reunião que entrou pela madrugada, o Governo federal decidiu acionar um dos dispositivos previstos na Carta Magna para situações de descontrole local (os outros são “Estado de emergência” e “Estado de sítio”). A medida seria necessária para restabelecer a ordem e impedir o avanço do crime organizado no Rio de Janeiro.

Na verdade, a decisão teve forte cunho político e permitiu ao Planalto abandonar, sem maiores danos, a sua principal agenda, a Reforma da Previdência, já que a Constituição proíbe a votação de propostas de emenda constitucional durante períodos de intervenção. Além disso, a medida fortalece o governo Temer, tanto no país quanto no estado, onde o partido do Presidente enfrenta profunda crise.

A intervenção teve como estopim o agravamento do quadro da violência no Rio de Janeiro. O crescimento dos principais indicadores de criminalidade se acentuou em 2016 e 2017. No início de 2018, anunciava-se como certo o fim do programa das UPPs e as manchetes sobre tiroteios, roubos de carga e assassinatos se sucediam.

O carnaval de 2018 representou um momento crítico na narrativa de degradação do contexto de segurança pública carioca. Embora, segundo o Instituto de Segurança Pública (ISP), as ocorrências criminais no período não tenham excedido as de outros anos, a percepção do público foi bem diferente.

Os telejornais apresentaram com destaque cenas de roubos em massa na orla e de um saque a um supermercado no bem policiado bairro do Leblon, Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro. Em entrevista, o governador Luiz Fernando Pezão admitiu falhas no planejamento do policiamento. A percepção de vácuo no comando da segurança era agravada pela ausência do Prefeito Marcelo Crivella, em viagem ao exterior.

Foi neste contexto que o presidente Michel Temer assinou o decreto de 16 de fevereiro, que nomeou o Comandante Militar do Leste, General Walter Souza Braga Netto, como interventor, entregando assim o controle sobre uma instância civil de poder aos militares – uma decisão cuja constitucionalidade é questionada por especialistas.

Já na cerimônia de assinatura do decreto presidencial, o general deixou claro que a decisão havia sido tomada sem a formulação de estratégias e objetivos: “Vamos entrar numa fase de planejamento. No momento, eu não tenho nada que possa adiantar para os senhores. Vamos fazer um

estudo e a nossa intenção é fortalecer o sistema de segurança no Rio de Janeiro”, disse, em entrevista coletiva.

Passados dois meses, esses objetivos ainda permanecem obscuros e não foram apresentados como um plano estruturado de ação, com estratégia, programas e metas.

Nos primeiros dois meses, o comando da Intervenção utilizou tipos de abordagem que causaram preocupação por violar direitos civis e enfrentaram resistência da sociedade.

- Logo após o decreto, em 19 de fevereiro, o ministro Raul Jungmann relatou que o Exército pretendia usar mandados coletivos de busca, apreensão e até de prisão. A Advocacia Geral da União anunciou que defenderia a medida, indo ao Supremo Tribunal se fosse necessário. Diante da reação negativa da comunidade jurídica, o governo desistiu do projeto.
- No dia 20, em uma operação na favela Kelson's, militares revistaram mochilas de crianças uniformizadas a caminho da escola. O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) emitiu nota apontando a violação do Estatuto da Criança e do Adolescente.
- Em sua primeira operação na Vila Kennedy, Vila Aliança e Coreia, em 23 de fevereiro, militares abordaram aleatoriamente os moradores e os fotografaram, junto aos seus documentos de identificação. As imagens seriam remetidas para a Polícia, para checagem de antecedentes criminais. A OAB-RJ e a Defensoria Pública do Rio de Janeiro reagiram, lembrando que o Código Penal exige que as abordagens sejam baseadas em elementos objetivos e que o procedimento colocava toda a comunidade como suspeita. Apesar de defendida pelo Comando Militar do Leste, a ação não se repetiu.

A adoção de medidas repressivas e seu abandono diante da mobilização de instituições mostra não só o imprevisto dessas ações, mas também que os mais básicos conceitos sobre segurança pública e de relacionamento de forças de segurança com o público não foram incorporados à estratégia desenhada pelos gestores da Intervenção.

A inquietação causada por estes episódios é aumentada quando se considera que, em outubro de 2017, o presidente Temer sancionou a Lei 13.491, transferindo para a Justiça Militar a competência do julgamento de crimes cometidos por profissionais das Forças Armadas em missões de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) e no cumprimento de atribuições estabelecidas pela presidência ou pelo Ministro da Defesa.

Em reunião dos Conselhos da República e de Defesa Nacional, em 20 de fevereiro, o ministro do Exército, General Eduardo Villas Bôas, disse que, para atuar na intervenção, os militares precisariam de “ter garantia para não enfrentar daqui a 30 anos uma nova Comissão da Verdade”. Com esta frase, o ministro deu a impressão de que antevê condutas questionáveis por parte dos seus comandados. Se a intervenção não desrespeitar a lei e os direitos individuais, não há motivo para se preocupar.

Quanto vai custar a intervenção?

Semanas depois de tomar posse, o interventor anunciou que sua equipe havia calculado os custos da intervenção em R\$ 3,1 bilhões. Deste montante, R\$ 1,6 bilhões seriam destinados a quitar dívidas de 2016 e 2017; e R\$ 1,5 bilhões, para o custeio de ações e despesas de 2018.

Chama atenção o alto valor da dívida, resultado de atrasos na folha salarial e no pagamento de fornecedores. Não seria o caso de realizar uma auditoria sobre o setor de Segurança e o sistema prisional do estado, para tornar públicos a origem do déficit, os principais débitos e a programação de pagamento? Não se tem notícia de esclarecimento do tipo.

Também é impressionante a solicitação de R\$ 1,5 bilhão de verbas extras para 2018, sem que seja apresentado um plano para uso desses recursos. Note-se que o Rio de Janeiro já é o segundo estado em termos de investimento *per capita* em segurança pública, superado apenas por Roraima. Segundo dados do Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2016 o Rio de Janeiro gastou no setor R\$ 550 por habitante; São Paulo investiu R\$ 245; Minas Gerais, R\$ 423.

Até meados de abril, o governo federal só se comprometeu com o valor da Medida Provisória nº 825, que em 27 de março alocou um crédito extraordinário de R\$ 1,2 bilhão para “ações decorrentes da Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro”. Pela MP, sabe-se apenas que R\$ 900 milhões serão para despesas correntes (de gasolina a munição, tudo o que não incluir salários) e R\$ 300 milhões para investimentos (aquisição de equipamentos e carros, por exemplo).

No ofício de encaminhamento, a urgência do crédito é justificada pela “necessidade de aquisições de meios (tais como veículos blindados e não blindados, armamento, munição, equipamento individual, material de vigilância, de comando e controle), de contratação de serviços (obras de infraestrutura e adequação, de transporte, de manutenção, entre outros) e de pessoal”.

Sobre este último item, pesquisa do Inesc sobre documentos oficiais revela que o chamado Gabinete da Intervenção terá uma estrutura robusta. Ao todo, serão 67 cargos, dos quais dois DAS 6 (remuneração de R\$ 16 mil) e 15 DAS 5 (valor de R\$ 13 mil). Essa estrutura, digna de um pequeno ministério, se estenderá até junho de 2019.

E, numa época de vacas magras, em que serviços sociais básicos têm sido afetados, de onde virá esse 1,2 bilhão de reais? Cerca de R\$ 200 milhões são originários de programas da Câmara dos Deputados. A origem do R\$1 bilhão restante é explicada em documento da Consultoria do Orçamento da Câmara: “decorre de utilização de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União no exercício financeiro de 2017”. Um superávit até agora não mencionado no debate sobre o Orçamento da União.

Até a conclusão deste relatório, o Gabinete ainda não recebera a verba prometida.

A Intervenção era a melhor solução?

O aumento da violência, o colapso do governo estadual e o risco de que o caos se estendesse a outros estados da Federação justificam a intervenção?

Apesar da gravidade do seu contexto e da angústia dos seus habitantes, o Rio de Janeiro não está entre os estados com piores taxas de criminalidade. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2017, o estado está em 11º lugar em relação aos homicídios – no Rio, a taxa é de 37,6 por 100 mil habitantes, contra 60 por 100 mil em Sergipe.

Também é fácil confirmar que o Brasil já experimentou situações mais tensas de desordem urbana do que o carnaval de 2018, como a onda de saques em Vitória (2017), as séries de mortes a partir de motins em presídios em estados do Nordeste (2016, 2017 e 2018) e os ataques do PCC em São Paulo (2006). No Rio de Janeiro, o estado atravessou fases mais difíceis no fim dos anos 1990 e em 2002, com taxas de homicídio muito maiores que as atuais e graves ataques por facções.

As Forças Armadas vêm atuando em missões nacionais, inclusive de Garantia de Lei e Ordem (GLO) em vários locais do país há anos. A organização Anistia Internacional monitorou 11 ações internas de GLO desde 2010. No Rio de Janeiro, os militares participaram de operações no Complexo do Alemão, de 2010 a 2012; permaneceram na Maré, de abril de 2014 a junho de 2015; e atuaram na Rocinha, a partir de

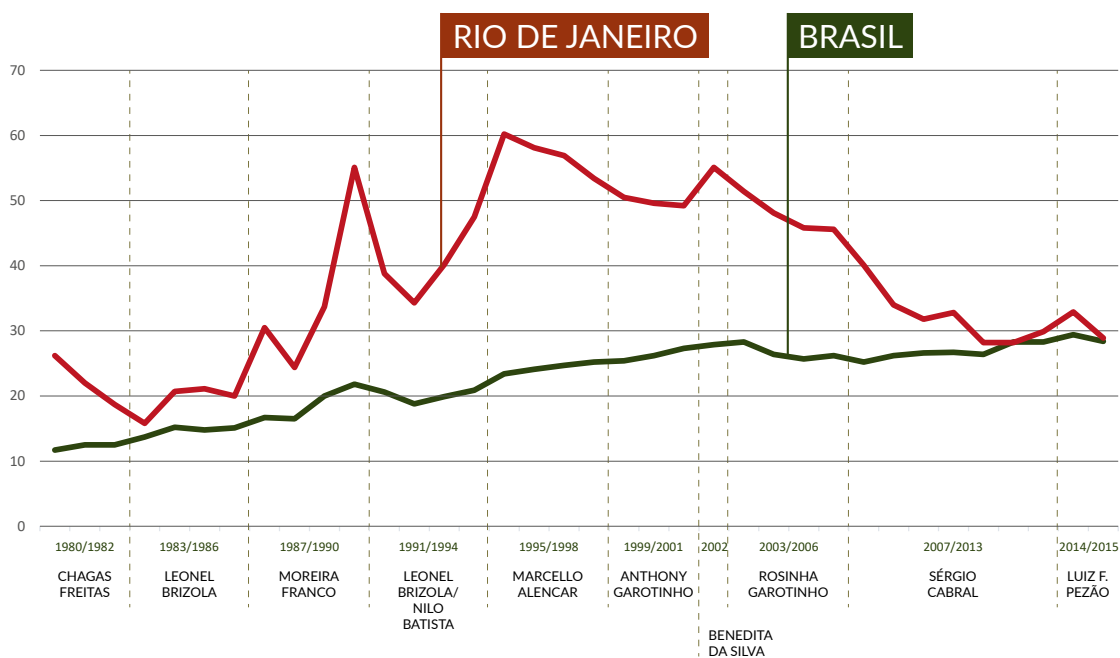
setembro de 2017. Mas uma intervenção federal nunca havia sido cogitada em nenhum outro cenário de descontrole de violência urbana.

A Intervenção federal não resolve os problemas estruturais que se acumularam durante anos e pode introduzir novos dilemas em quadro já complexo. Na verdade, é a antítese dos esforços continuados e estruturados necessários para enfrentar os desafios da violência no estado, que se agravam desde os anos 1980.

Que história contam os números do Rio?

O carnaval de 2018 se insere em uma longa história de crescimento da violência no Rio de Janeiro. No gráfico abaixo, verificamos que a taxa de homicídios do estado estava próxima da taxa média do Brasil no começo dos anos 1980. Em uma década, o indicador mais do que dobrou e o Rio se tornou um caso grave no país, mesmo considerando que as taxas brasileiras estão entre as mais altas do mundo desde os anos 1980. Dessa forma, o Rio de Janeiro se consolidou como um lugar marcado pelos grandes desafios relacionados à violência.

35 ANOS DE HOMICÍDIOS*



* Taxas por 100 mil habitantes

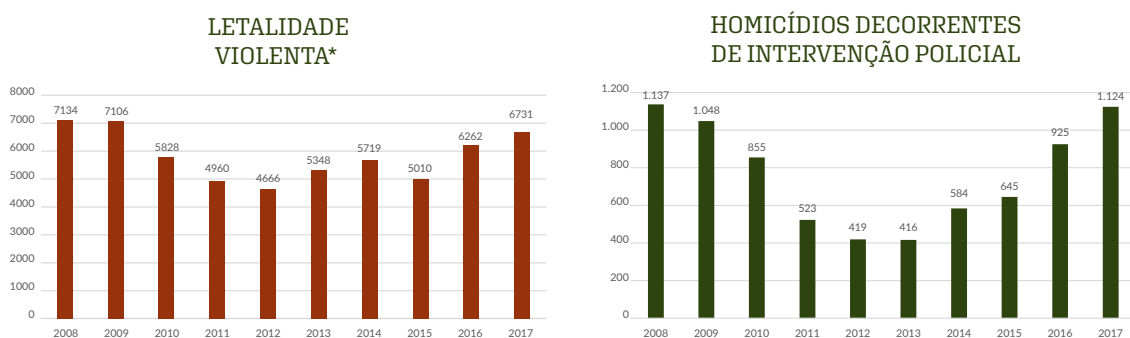
Fonte: Sistema de Informação sobre Mortalidade - Datasus

O pior momento ocorreu nos anos 1990, no governo de Marcello Alencar. Com a secretaria de Segurança sob o comando de um oficial do Exército, o Coronel Newton Cerqueira, a taxa de homicídios chegou a 60 mortes por 100.000 habitantes. Entre outras medidas, a secretaria estimulava a execução de criminosos “procurados”. Policiais envolvidos na prisão ou morte de suspeitos recebiam uma gratificação por bravura, incorporada ao salário na forma de pecúlio: era a “gratificação faroeste”.

A taxa de homicídios do Rio de Janeiro se manteve acima de 40 por 100.000 até o final dos anos 2000, quando começou a declinar. O indicador chegou ao menor nível em 2012 e 2013: pela primeira vez em 30 anos, a taxa fluminense ficou abaixo da brasileira. Mas a redução não foi sustentável e a volta a patamares preocupantes foi rápida. O gráfico acima não mostra isso, já que os dados do sistema de saúde mais recentes são os de 2015. Mas, em 2017, segundo o Instituto de Segurança Pública, o Rio voltou a ter 40,3 homicídios por 100 mil habitantes.

Olhando mais detidamente os dados dos últimos dez anos, não só de letalidade violenta (soma de homicídios, mortes por intervenção policial, latrocínios, lesão corporal seguida de morte), mas também de mortes decorrentes de intervenção policial, verificamos que o Rio de Janeiro apresenta uma particularidade marcante: o grande número dos chamados “autos de resistência”. A frequência com que pessoas são mortas pela polícia em conflitos expressa o quanto as políticas de segurança no Rio são baseadas em confrontos armados. Nas operações cotidianas no Rio de Janeiro, nas favelas e bairros de periferia, também se repetem excessos no uso da força e execuções, combinadas a práticas de corrupção e extorsão policial.

NÚMERO DE CRIMES



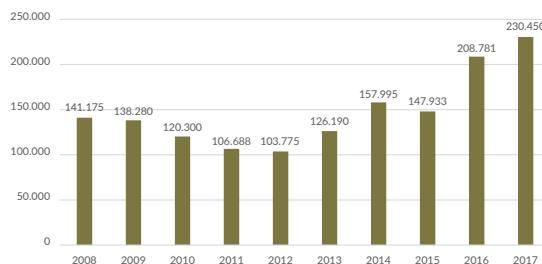
* Soma de homicídios, mortes por intervenção policial, latrocínios, lesão corporal seguida de morte.

Fonte: Instituto de Segurança Pública

O fato de que ultrapassamos mil casos de mortes de civis pela polícia em 2017 é um forte alerta de que vemos o retorno acelerado de políticas de segurança baseadas em tolerância à violência policial e à corrupção. A redução desse indicador e a implantação de políticas baseadas em inteligência, e não em mortes, de civis ou de policiais, deve ser um compromisso de qualquer iniciativa de reorganização da segurança pública no Rio de Janeiro.

Observando os crimes contra o patrimônio nos últimos dez anos, vemos que, efetivamente, 2017 foi um ano de aumento extremo desse fenômeno (o número compreende roubos a transeuntes, roubos de veículos e de cargas, entre outros).

TOTAL DE ROUBOS NO RJ (2008-2017)



Fonte: Instituto de Segurança Pública

Além das perdas que causa a indivíduos e empresas, o aumento dos roubos impacta a atividade econômica e influi sobre a percepção de segurança da população. Um grande número desses crimes costuma ser interpretado como sinal de que as ruas estão entregues aos criminosos. E, efetivamente, parte dos roubos (principalmente a transeuntes) é de crimes de oportunidade, que tendem a se expandir na ausência de programas de policiamento capazes de responder com eficiência à concentração de eventos em determinadas regiões e horários (as chamadas “manchas criminais”).

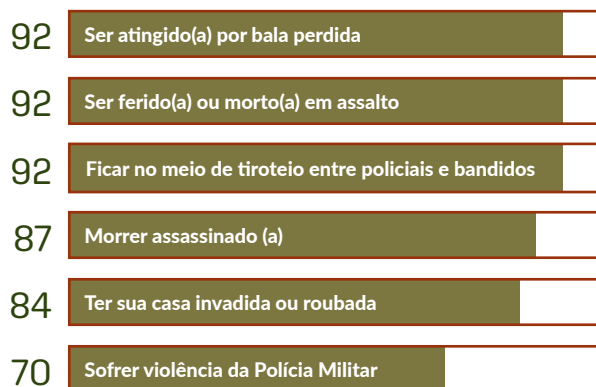
www.forumseguranca.org.br/publicacoes/rio-sob-intervencao-medo-percepcao-de-risco-e-vitimizacao-na-cidade-do-rio-de-janeiro/

Em março de 2018, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública e o Instituto DataFolha realizaram em parceria com o Observatório da Intervenção uma **pesquisa** sobre medo e vitimização na cidade do Rio de Janeiro. O objetivo foi produzir um panorama desses temas no início da intervenção. Os dados serão comparados a outra mensuração em dezembro, ao final do período do decreto.

Entre as revelações mais surpreendentes do levantamento, três se destacam. Em primeiro lugar, os indicadores de vitimização dos cariocas – percentual de pessoas que contaram ter sofrido roubos, furtos, lesões corporais, ameaças, crimes sexuais etc. nos últimos 12 meses – situam-se em patamares semelhantes aos do resto do Brasil.

A segunda surpresa foi a proporção de moradores do Rio que disse ter estado em meio a fogo cruzado no último ano: 30% da população da cidade e 37% da população das favelas. E quase todos os entrevistados – nada menos que 92% – afirmaram ter medo de morrer em um assalto, de ser vítimas de bala perdida e de se ver em situação de fogo cruzado.

DO QUE OS MORADORES DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO TÊM MEDO (EM %)



Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública/DataFolha. Pesquisa em março de 2018.

A pesquisa confirmou, portanto, que, para os cariocas, os tiroteios e confrontos são graves problemas, geradores de vitimização e medo. Nenhum programa de reestruturação da segurança pública no RJ poderá deixar de levar esse fator crucial em conta. Políticas que não sejam capazes de controlar e reduzir os confrontos terão efeitos negativos sobre a insegurança e a violência.

O que ocorreu nos dois meses de intervenção?

De 16 de fevereiro a 16 de abril, os tiroteios, balas perdidas, pessoas feridas e mortas e casos de chacinas (três ou mais mortes num único evento) aumentaram. A plataforma colaborativa Fogo Cruzado, que registra tiroteios e violência armada, comparou ocorrências na cidade e no resto da região metropolitana antes e depois da intervenção.

Os resultados são alarmantes: de 16 de fevereiro a 15 de abril, foram registrados 1.502 disparos e tiroteios, que produziram 284 mortos e 193 feridos. O período anterior, de 16 de dezembro a 15 de fevereiro, registrou 1.299 eventos. O Fogo Cruzado também registrou 12 chacinas, com 52 vítimas nesses dois meses. No mesmo período em 2017, houve seis chacinas, com 27 mortos. A existência de vítimas múltiplas em episódios de intervenção policial e de confronto de facções criminosas pode estar-se tornando uma marca deste novo momento do Rio sob intervenção, o que exigirá um monitoramento com foco nesse fenômeno.

TIROTEIOS/DISPAROS DE ARMA DE FOGO COMPARATIVO 2 MESES PRÉ E PÓS INTERVENÇÃO

2 MESES PRÉ INTERVENÇÃO | MUNICÍPIOS | 2018

	TIROTEIOS DISPAROS	PRESEÇA AG.SEG.**	MORTOS	FERIDOS
TOTAL	1299	166	262	270
1 RIO DE JANEIRO	790	107	112	170
2 SÃO GONÇALO	128	21	53	28
3 BELFORD ROXO	74	8	18	11
4 NITERÓI	76	5	8	7
5 NOVA IGUAÇU	48	4	18	12

2 MESES PÓS INTERVENÇÃO | MUNICÍPIOS | 2018

	TIROTEIOS DISPAROS	PRESEÇA AG.SEG.**	MORTOS	FERIDOS
TOTAL	1502	212	284	193
1 RIO DE JANEIRO	892	109	114	105
2 SÃO GONÇALO	160	31	53	31
3 BELFORD ROXO	123	14	19	12
4 NITERÓI	80	7	11	6
5 NOVA IGUAÇU	77	15	34	10

Fonte: Fogo Cruzado

* OS DADOS DO FOGO CRUZADO SÃO COLETADOS VIA USUÁRIOS, IMPRENSA E POLÍCIAS.

**PODEM SE REFERIR A OPERAÇÕES/AÇÕES POLICIAIS OU A CASOS EM QUE AGENTES PÚBLICOS DE SEGURANÇA FORAM VÍTIMAS DE DISPAROS OU ESTAVAM PRESENTES NA OCASIÃO.

Também é importante analisar os dados do Instituto de Segurança Pública (ISP), isto é, da própria Secretaria de Segurança. Os números de fevereiro e março mostram que crimes contra a vida, como letalidade violenta e as mortes decorrentes de intervenção policial, mantêm-se em crescimento ou permanecem estáveis nos patamares mais altos dos últimos anos. Os crimes contra o patrimônio, especialmente roubos de carros e roubos a transeuntes, atingiram padrões inéditos.

FEVEREIRO E MARÇO DE 2018 NO RIO DE JANEIRO

940	209	19	21.683	10.150	1.389
Homicídios	Pessoas mortas pela polícia	Policiais mortos*	Roubos de rua	Roubos de veículos	Roubos de cargas

Fontes: Instituto de Segurança Pública | * Monitoramento da imprensa

É importante observar que estes números dão a dimensão dos eventos violentos, mas se distribuem de forma bastante desigual. A taxa média de homicídios no estado em 2017 foi de 40,3 por 100 mil. A da capital foi de 32,6, enquanto na Baixada Fluminense a taxa atingiu 62,3.

A proporção de crimes contra o patrimônio também varia muito entre as localidades da Região Metropolitana do Rio. De janeiro a julho de 2017, foram roubados 22 veículos em Copacabana; 61 no Leblon; 238 em Botafogo; 2.988 na região de Rocha Miranda; 2.913 em Costa Barros; 2.626 em Caxias; 3.672 em Nova Iguaçu e 3.380 em São Gonçalo. Por esta razão, as análises referenciadas geograficamente são importantes para estabelecer prioridades de investimentos em segurança.

Os nomes dos números

Dois meses sob intervenção chocam pelos números da violência, pelo descontrole da atuação policial, ausência de programas, metas, recursos e transparência. Por trás dos números, existem vidas reais, famílias devastadas e uma sociedade traumatizada com casos chocantes de violência. Alguns deles foram:

20 de fevereiro

O sargento do Exército **Bruno Albuquerque Cazuca**, 35 anos, é morto ao reagir a um arrastão na Via Dutra, na altura de Campo Grande.

21 de fevereiro

Guilherme Lopes da Cruz, 26 anos, subcomandante da UPP da Vila Kennedy, é morto em Jacarepaguá, durante tentativa de assalto.

22 de fevereiro

Idosa é torturada por criminosos da favela Kelson's, acusada de ser informante da polícia. Espancada, é resgatada por policiais.

5 de março

Valdir Vieira da Silva, 66 anos, morador da Vila Kennedy, morre sentado em frente à sua casa, atingido na cabeça por um tiro.

12 de março

Tarcilla Pereira dos Santos, 24 anos, é baleada em Irajá, em uma tentativa de roubo do carro da família, e morre. A jovem levava no colo o filho de três anos.

13 de março

Matheus Mello, de 23 anos, é morto com tiro ao sair de moto da favela do Jacarezinho, depois de deixar a namorada em casa. O casal voltava de um culto evangélico.

14 de março

A vereadora **Marielle Franco** (PSOL) e o motorista **Anderson Gomes** são executados, à noite, no Estácio, ao sair de um debate. No dia seguinte, milhares de pessoas ocupam as ruas, no Rio de Janeiro e no Brasil, para protestar e pedir a apuração do caso, um crime político. Nas semanas seguintes, Marielle se tornaria um símbolo mundial da luta pelos direitos humanos e contra a violência. Os homicídios ainda não foram esclarecidos.

17 de março

Uma troca de tiros entre policiais e criminosos na rua mais movimentada do Complexo do Alemão acaba em três mortos, entre eles o **menino Benjamin**, de um ano e sete meses.

22 de março

O policial militar **Filipe de Mesquita**, de 28 anos, foi morto em serviço, na Rocinha, durante um confronto. Na mesma noite, o morador **Antonio Ferreira da Silva**, conhecido como **Marechal**, de 70 anos, também foi vítima fatal de um disparo.

24 de março

Durante uma incursão do Batalhão de Choque na Rocinha, de madrugada, oito homens são mortos. Um deles é **Matheus da Silva Duarte de Oliveira**, de 18 anos, acusado de atirar contra os PMs. A família e amigos afirmaram que Matheus não tinha qualquer ligação com o crime. Ele trabalhava como dançarino em festas de debutantes.

25 de março

Cinco jovens residentes de um condomínio do programa Minha Casa Minha Vida, em Maricá, são executados com tiros na cabeça. Em poucos dias, a Delegacia de Homicídios de Niterói e São Gonçalo decretou a prisão de grupo paramilitar pela chacina.

28 de março

Davidson Farias de Souza, 28 anos, é atingido por bala perdida quando segurava o seu filho de 10 meses, na varanda da sua casa na Rocinha. Segundo a PM, mais de 50 pessoas morreram na Rocinha desde o início das operações na favela, em setembro.

6 de abril

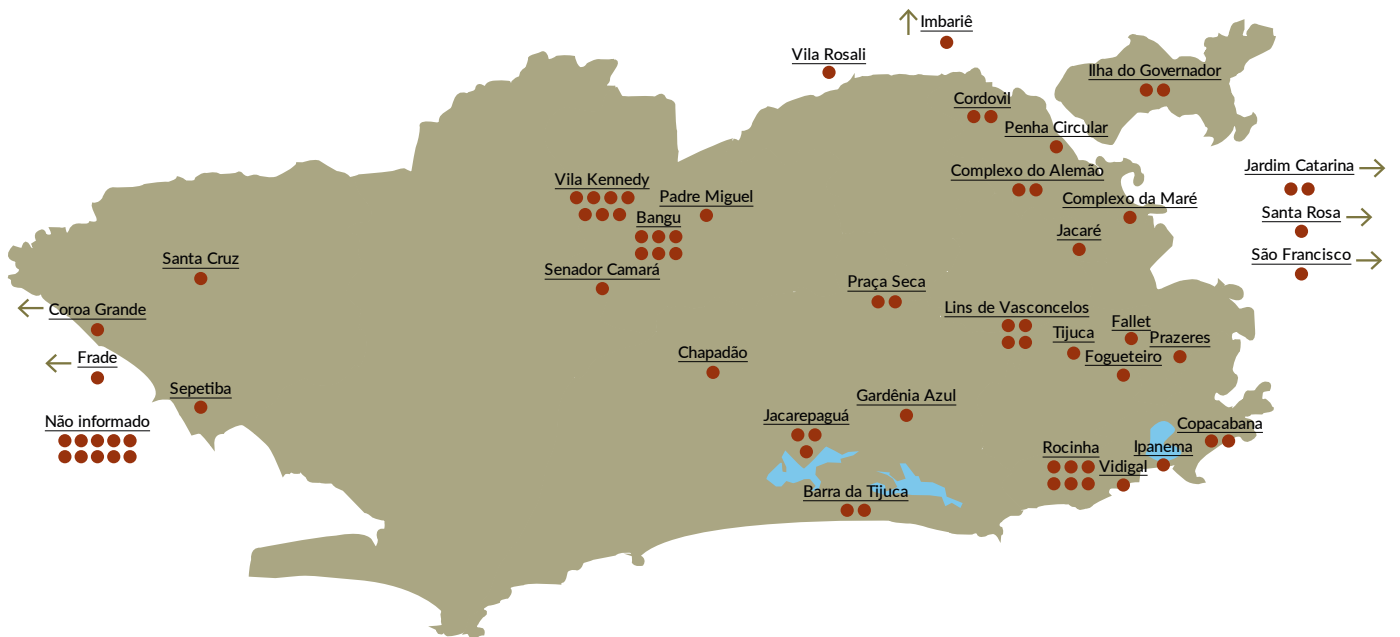
159 homens são presos em uma festa em Santa Cruz, acusados de ser milicianos. Na festa foram apreendidos fuzis, pistolas, munições e coletes. Familiares protestaram contra a prisão em massa; a Defensoria Pública apontou que 139 deles não tinham antecedentes criminais.

Sem rumo

O Observatório da Intervenção foi criado para reunir e analisar dados sobre a segurança pública no Rio de Janeiro e criar indicadores a partir dos registros de fatos durante a intervenção, captados por meio da análise diária da imprensa, de veículos digitais e páginas de redes sociais dedicadas à comunicação hiperlocal. O panorama se completa com os dados fornecidos pelas organizações parceiras Fogo Cruzado e DefeZap e pelos relatos e análises produzidos pela rede de Conselheiros do Observatório e por representantes de instituições apoiadoras.

Os dados abaixo são uma parte do monitoramento realizado e foram obtidos por uma equipe de pesquisadores que diariamente analisa cinco jornais impressos e dez portais de notícias, em busca de fatos relacionados à segurança pública, crime, violência e à intervenção. Através de programas de análise de redes sociais, os pesquisadores também conseguiram extrair as postagens relevantes de mais de 200 páginas do Facebook que produzem conteúdo sobre bairros, favelas e cidades. As informações reunidas por essa pesquisa são registradas em um banco de dados, que também reúne casos encaminhados pelo DefeZap e informações recebidas de ativistas de favelas e confirmadas por outros meios (páginas de redes sociais, OTT-RJ ou Fogo Cruzado).

OPERAÇÕES POR BAIRROS/REGIÕES



Fonte: Observatório da Intervenção

A partir dessas fontes, monitoramos 70 operações policiais, sobre as quais reunimos informações detalhadas. Em 25 dessas operações houve mortes. Os contingentes mais usados nas ações foram os da Polícia Militar (26 operações, além de seis com policiais das UPPs); Forças Armadas (22 operações); Polícia Civil (também 22) e Polícia Rodoviária Federal (8 operações). Em 7 operações foram usadas outras forças; em duas, a Polícia Federal; e em duas, agentes penitenciários.



Nessas operações foram apreendidos 42 fuzis, 77 pistolas, 20 revólveres e 1 espingarda. As apreensões de armas são baixas, pois as operações empregaram mais de 44.024 agentes (considerando as 25 operações em que isto foi informado), ou um efetivo médio de 1.631 por operação.



Aparentemente, sem guardar indícios de unidade, integração e mesmo base conceitual, as muitas operações relatadas nos primeiros meses nos fazem perguntar: a que plano seguem? Quais são suas metas? O investimento está produzindo resultados efetivos?

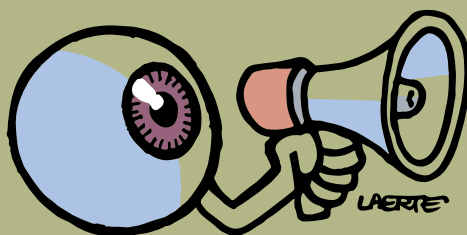
Tudo indica que o comando da intervenção não tem um modelo de política de segurança que pretende implantar. Pelo contrário, parece deixar que as polícias “façam seu trabalho”, sem orientações definidas de buscar a preservação da vida, sem metas, sem mudanças nos paradigmas que vinham orientando as ações.

Ao mesmo tempo, a despeito de evitar fazer ocupações massivas, como realizadas no Complexo do Alemão, em 2010, e no Complexo da Maré, em 2015, soldados do Exército têm sido vistos na orla e bairros da Zona Sul. Desde fins de março, o comando da intervenção, que o general Braga Netto havia descrito inicialmente como “gerencial”, decidiu expandir a presença de soldados no patrulhamento das ruas. A presença na Vila Kennedy foi mantida, apesar das declarações de que aquela ação tinha cumprido seu objetivo e seria encerrada.

à deriva
conclusões

DOIS MESES DE INTERVENÇÃO

1. Interesses políticos do Planalto motivaram a decretação da intervenção federal na segurança do Rio. Definida às pressas, sem planejamento, recursos ou metas, continua na base do imprevisto, mesmo após dois meses. Em um país sem liderança nacional e às vésperas de um momento eleitoral tumultuado, traz novos riscos.
2. Situações semelhantes às do Rio e até mais graves já aconteceram e continuam a acontecer. O que o governo federal fará se novas situações de descontrole urbano se apresentarem em outros locais do país ou se a situação no Rio se agravar? Vai decretar Estado de Emergência? Estado de Sítio?
3. Havia outras soluções adequadas para a crise da Segurança no Rio. Mudanças na coordenação, medidas rigorosas de controle da corrupção, investimentos a longo prazo em investigação e inteligência, prioridade para a retirada de fuzis e outras armas de circulação, foco na redução de tiroteios e em políticas de proteção à vida, prioridade para investimentos nas áreas com piores indicadores (Baixada e São Gonçalo).
4. A governança e o modelo de segurança do Rio, que levaram o estado à atual crise aguda, devem ser mudados. A intervenção não resolve problemas estruturais e cria outros. Entre eles: o alto custo financeiro; o desgaste político do uso das Forças Armadas em operações urbanas violentas e inócuas; a interferência de militares em instituições civis, com impactos sobre a cena política; o reforço ao discurso de que problemas de segurança se combatem com estratégias de guerra.
5. Depois de dois meses, os resultados práticos são preocupantes. Todos os indicadores de crimes contra a vida e o patrimônio se mantiveram nos patamares alarmantes do Carnaval; alguns pioraram. O comando da intervenção experimentou ou ameaçou implantar medidas que foram questionadas (mandados coletivos para favelas, fotografia e cadastramento de moradores, uso de regras de engajamento militar), mas na prática mantém operações de visibilidade em poucas áreas, enquanto autoriza as polícias fluminenses a manter a guerra às drogas nas favelas, provocadora de confrontos que expõem moradores e policiais ao fogo cruzado. Após dois meses, não houve ação de desarticulação de corrupção dentro das polícias, a despeito das promessas de ministros e autoridades. Nem mesmo comandantes dos batalhões mais violentos foram trocados.
6. A maioria da população do Rio e do Brasil vê a intervenção com bons olhos, pois não acredita que as polícias e os políticos locais possam resolver os problemas que se agravaram. O fracasso das UPPs, a prisão do governador e de políticos que administraram o Rio por dez anos e a falência financeira do estado – juntamente com o medo quase universal de ser vítima da violência (92% da população em pesquisa de março de 2018) – justificam este apoio. Nas áreas mais inseguras, moradores acreditam que forças não corrompidas assumirão o controle da segurança, trazendo ordem e progresso a comunidades violentadas pela violência, mortes, extorsão e assaltos. Este é outro risco do momento atual. Caso as condições de insegurança se agravem, possivelmente isso levará uma parte da população a apoiar políticas oficiais de suspensão de direitos.



O QUE DEVEMOS OBSERVAR NOS PRÓXIMOS MESES

- 1 Mortes decorrentes de ações policiais são a marca traumática de políticas de segurança no RJ desde os anos 1990:** confronto, uso da força e tolerância com corrupção e desvios policiais (em vez de inteligência, planejamento e investigação) se tornaram a característica do Rio na segurança. Os números de fogo cruzado, mortes executadas por policiais, policiais mortos, homicídios múltiplos e de mortos nas operações sob a intervenção são inaceitáveis. Estes serão os indicadores mais relevantes do monitoramento nos próximos meses. Por meio deles, será possível identificar se mudanças reais nas políticas estão sendo implementadas.
- 2 Continuaremos monitorando as investigações do assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes e exigindo que este crime seja esclarecido.** E também esperamos do comando da intervenção explicações e punição para os autores das oito mortes na madrugada de 24 de março, ocorridas durante uma operação do Batalhão de Choque, na Rocinha. A investigação exemplar destas duas ocorrências é necessária para evitar que ações criminosas semelhantes continuem a ocorrer.
- 3 A Baixada Fluminense configura um desafio de segurança no estado.** As taxas de homicídios foram mais altas que as da capital durante décadas, mas as modalidades de criminalidade não acompanhavam as das favelas cariocas (não predominavam o controle de território com o uso ostensivo de armas longas, guerras de facções ou confrontos de criminosos com a polícia). Nos últimos anos, com os investimentos voltados para a capital, a deterioração da segurança se acentuou. Em alguns municípios, como Queimados, Belford Roxo e também em áreas de Nova Iguaçu e Caxias, criminosos armados passaram a circular abertamente e mortes brutais passaram a fazer parte do dia a dia. Os índices de roubos explodiram. Grupos de milicianos se expandiram de forma espetacular e disputam territórios, algumas

vezes em aliança com facções. Operações violentas pontuais com tropas especiais vêm acentuando cenários desagregadores da sociabilidade desses bairros e levantando suspeitas sobre os interesses policiais nas disputas. A ver se neste período será revertida a tendência histórica de indiferença em relação à redução de crimes contra a vida na Baixada, em São Gonçalo e outros municípios da região metropolitana.

- 4 **Investimentos em segurança a curto prazo (aumento de efetivo, melhorias estruturais em batalhões e delegacias, renovação e aumento da frota, aquisição de equipamentos de tecnologia etc.) devem corresponder a prioridades.** As prioridades em segurança são identificadas facilmente por indicadores de violência mensuráveis mês a mês. O comando da intervenção deve explicações à sociedade sobre quanto, onde, em quê e por que vai gastar. E que metas deseja atingir. Aguardamos o cumprimento das promessas de transparência na gestão feitas pelo comando da intervenção nas primeiras semanas após o decreto.
- 5 **O interesse empresarial em priorizar o combate aos roubos de cargas não pode comandar as políticas de segurança.** Não é aceitável favorecer investimentos em inteligência e modernização para proteger carregamentos, enquanto nas áreas pobres a precariedade é regra em delegacias e batalhões. A prioridade deve ser sempre proteger vidas, e não cargas.
- 6 **As doações de representantes de indústrias de armas e munições para as forças policiais e militares e as notícias de sua interlocução com o comando da intervenção levantam dúvidas sobre se veremos a implantação de políticas que aumentarão o uso de armamentos e munições.** Se empresários querem ajudar, que ajudem estimulando as investigações para desarticular quadrilhas que negociam fuzis e munições no Rio de Janeiro. A vida deve ser o centro das políticas de segurança.

O MÍNIMO PARA MUDAR A SEGURANÇA NO BRASIL

Nós, organizações da sociedade civil, ativistas de favelas e movimentos populares, especialistas e defensores de direitos, conhecemos os caminhos para reduzir a violência e melhorar a segurança no Brasil e no Rio de Janeiro. O debate sobre o tema é antigo e hoje se pode afirmar que há consenso sobre um programa mínimo, que deve compreender as seguintes mudanças:

- 1. Reformar as polícias**, mudando estrutura, governança e cultura das polícias militar e civil.
- 2. Substituir as políticas de confronto por políticas consistentes de inteligência e investigação para desarticular o crime**. Acabar com a rotina de tiroteios e mortes em favelas e áreas populares, promovendo lógicas de policiamento baseadas no respeito e no diálogo.
- 3. Alterar radicalmente nossa legislação na área das drogas**. Atualmente o país gasta a maior parte de seus recursos na guerra às drogas. Os resultados são a explosão do número de prisões de jovens do varejo das drogas, o inadmissível número de presos provisórios acusados de tráfico, a superlotação do sistema penitenciário e o fortalecimento das facções no interior das unidades prisionais.
- 4. Modernizar o Sistema de Justiça Criminal**, abrangendo não só as polícias, mas as Defensorias, o Ministério Público e a Justiça.
- 5. Integrar os governos municipais ao planejamento de ações de segurança pública**, desenvolvendo políticas de prevenção, especialmente as voltadas para jovens.

INSTITUIÇÕES APOIADORAS



PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO - MPF / COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS - ALERJ
COMISSÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO DA INTERVENÇÃO

PARCEIROS DE PRODUÇÃO DE DADOS



APOIADORES



REALIZAÇÃO



OBSERVATÓRIO DA
INTERVENÇÃO



Centro de Estudos de Segurança e Cidadania

www.observatoriodaintervencao.com.br